

## Parlamentares ameaçam rejeitar MP do setor elétrico

Por Raphael Di Cunto e Fabio Murakawa | De Brasília



Maia critica a edição da MP, que tem efeito imediato: "Sou a favor da privatização, mas só via projeto de lei".

Parlamentares ameaçam rejeitar a Medida Provisória (MP) 814, editada na sexta-feira como parte do plano de privatização da Eletrobras e para resolver problemas de distribuidoras de energia da região Norte e de sistemas isolados. Eles consideram que a MP libera a venda da estatal e de suas subsidiárias sem que o modelo de desestatização precise passar pelo crivo do Legislativo.

A MP revoga artigo de uma lei aprovada em 2004 no governo Lula (PT) para excluir a Eletrobras e suas subsidiárias no Programa Nacional de Desestatização (PND) criado no governo FHC, que previa a reestruturação da empresa com vistas à futura privatização. Sem esse dispositivo, o governo fica autorizado a vender a empresa, dizem parlamentares e especialistas.

Tem crescido entre os deputados e senadores da base a resistência a que o governo abra mão do controle da Eletrobras e, principalmente, de suas subsidiárias. As bancadas do Nordeste e de Minas Gerais lideram o movimento contrário à venda da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Furnas. Além disso, a MP também reinclui no plano de desestatização a Eletronorte, Eletrosul e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tornou-se porta-voz desse movimento, ao criticar o modo como o governo decidiu dar início aos planos de entregar o controle da estatal para a iniciativa privada, por uma medida provisória, que tem efeito imediato a partir da publicação. "Sou a favor da privatização, mas só via projeto de lei", disse.

Líder do PP na Câmara, o deputado Arthur Lira (AL) afirmou que também é favorável à redução do Estado, mas que não concorda com "querer vender por vender, sem uma correta avaliação da importância e do preço" dos ativos. "Fazer isso por medida provisória é temerário. Isso vai cair, seguramente, na votação", disse. "Projeto de lei é mais justo, amplia o diálogo", completou.

No governo, avalia-se que Maia "tem todo o direito de estar irritado"

com a MP, mas que essa resistência se dissipará na volta do recesso, quando a Casa Civil deve enviar ao Congresso o projeto de lei com as regras para diluição das ações do governo na Eletrobras (a União hoje é majoritária, mas reduzirá sua fatia a 40%) e a "descotização" das usinas - ou seja, liberá-las do regime de cotas, que as obriga a vender a energia ao um preço mais baixo do que o de mercado. Em troca, a Eletrobras pagaria um bônus à União, o que poderia render até R\$ 20 bilhões ao Tesouro.

Sem o PL, governo ficaria impossibilitado de seguir adiante com o modelo de privatização que anunciou. "O modelo vai ser encaminhado ao Congresso", assegurou ao Valor o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), pai do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. "Sei que há críticas, mas [a edição da MP] é uma necessidade para que se possa concluir o processo [de privatização] até setembro de 2018."

O governo não pretende vender ações da Eletrobras, mas aumentar o capital da empresa e, assim, diluir sua participação na companhia. "A ideia é diluir ações, não vender ações. E, com esses recursos novos, comprar usinas hidrelétricas que vão ser 'descotizadas'", disse o senador.

Na exposição de motivos da MP, o ministro Fernando Coelho Filho





defende que a proposta "não antecipa as discussões de mérito". "O intuito da revogação é permitir, com plena segurança, que sejam contratados e iniciados os estudos da situação econômica e financeira da Eletrobras", afirma.

A liberação para privatizar a estatal, diz ele, "é urgente para que não se comprometa a decisão política de desestatização em função de atraso nos estudos necessários, evitando frustração de recursos fiscais em 2018 e de benefícios aos consumidores a partir de 2019". O governo incluiu R\$ 12,2 bilhões no Orçamento deste ano referentes a entrega do comando da estatal para a iniciativa privada.

Mas parlamentares ponderam que, se a MP for aprovada, mas o projeto de lei, rejeitado, o governo ainda sim ficaria livre para vender a estatal, mas num outro modelo que não envolvesse a descotização.

Para o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), a burocracia governamental, "de forma desleal", introduziu na medida a revogação. "Para os planos divulgados pelo governo, será preciso um projeto de lei de 'descotização', mas eles podem vender a parte [das subsidiárias] que não é de geração de energia", pontuou. O argumento usado para revogar a restrição, argumentou o deputado, é inócuo: "A lei não proíbe que faça estudos, a lei proíbe que venda."

Enquanto boa parte da resistência à venda da estatal deriva do temor dos políticos de perder ascendência sobre a Eletrobras, alguns creem que as indicações políticas para a diretoria da empresa podem continuar. "A influência política pode permanecer, mas será bem menor do que é hoje", diz o consultor legislativo do Senado Israel Lacerda de Araújo.

## Reformas para além da Previdência

A sociedade brasileira enfrenta um momento crítico nas finanças públicas, e dependerá da sua posição nas urnas sobre o que fazer, se o país dará um salto de qualidade no manejo das finanças ou continuará cambaleante, em círculos, alternando surtos de crescimento, só na aparência sustentável, com fases corretivas em meio à inflação e recessão. Como a de que se está saindo. Em entrevista antes da virada do ano a “O Estado de S.Paulo”, a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, expôs o cenário: como as despesas se aproximam do teto constitucional, é preciso fazer escolhas.

Algo a que governos e políticos em geral não estão acostumados. Continua dominante a visão arcaica, e errada, de que dinheiro público sempre aparece quando dele se precisa. Porém, não é mais assim, com inflação civilizada e controles como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o próprio teto inscrito na Constituição. A crise do Rio de Janeiro é cabal demonstração de que Estado também quebra. Que o digam servidores, aposentados e pensionistas da máquina burocrática fluminense. A secretária foi feliz ao citar o reajuste do funcionalismo previsto para o ano que vem, adiado pelo governo, de maneira sensata, por MP, mas que foi derrubada monocraticamente pelo ministro do Supremo Ricardo Lewandowski. Na penada do ministro, surgiu automaticamente um buraco de R\$ 6 bilhões no Orçamento deste ano, a ser coberto de alguma maneira. Que os políticos escolham onde cortar.

Tende a ser, como sempre, nos investimentos, passíveis de cortes, e já bastante baixos, e em algumas despesas de custeio. O resultado é que haverá menos dinheiro ainda para a conservação de estradas, onde acidentes matam bastante a cada feriadão, como o que passou. Os desastres, por sua vez, aumentam a pressão sobre postos de atendimento de emergência e hospitais públicos, também vítimas da crise fiscal. Este é o encadeamento derivado da decisão tomada por Lewandowski. A secretária, na entrevista, abordou, na verdade, o enorme efeito pedagógico do teto constitucional conjugado com a Lei de Responsabilidade — que mostrou sua eficácia no impeachment de Dilma — e da “regra de ouro”, também inscrita na Carta.

Segundo a qual, não é possível o Estado emitir títulos para financiar gastos correntes. Ele o faz costumeiramente para rolar a dívida (daí ela continuar em ascensão). Mas não pode emití-los para bancar aposentadorias, salários de servidores, custeio da máquina, gastos, enfim, de custeio. E se está perto disso. Por isso, ainda segundo Vescovi, além da reforma da Previdência, imprescindível, vai ser preciso rever o excesso de despesas obrigatórias, que engessam o Orçamento. Além da indexação desses gastos. A crise e o teto forçam a reconstrução das finanças públicas em bases não populistas.

## Cofre menos vazio

COM MARCELO LOUREIRO

No fechamento de 2017, uma boa surpresa: as contas públicas terão um déficit menor do que a meta em R\$ 30 bilhões ou mais. Isso, por ironia, dá em torno de R\$ 129 bilhões, igual à meta inicial que acabou alterada para R\$ 159 bilhões. A boa execução do Tesouro e o aumento da arrecadação de dezembro tiveram esse efeito de melhorar o resultado final do ano. Isso só será divulgado no fim do mês.

Sobre 2018, a primeira notícia é que não será possível adiar o aumento do funcionalismo federal. Como os salários já foram pagos, eles não podem ser reduzidos. O governo já conta com essa despesa de R\$ 5 bilhões a mais do que o orçado. Portanto, o ministro Ricardo Lewandowsky, quando deu a liminar em favor dos funcionários, acabou decidindo o mérito, porque não foi possível cassar a medida a tempo. Nos últimos dias de 2017 começou a ficar claro que a meta seria atingida com folga. Ontem, o número com que se trabalhava na Fazenda era de R\$ 129 bilhões ou menos de déficit. Normalmente o dado final só é oficialmente informado no final de janeiro. O governo terá, então, que dar uma boa e uma péssima notícia.

Esse resultado é melhor do que a meta, mas ainda é déficit. Mesmo que fosse superávit, não se transfere sobra de um ano para o outro. E 2018 começa com incertezas cada vez maiores. Por isso será anunciado o contingenciamento de R\$ 20 bilhões em um orçamento que já é apertado. O governo fez o Orçamento de 2018 contando com algumas receitas que ainda não estão garantidas e outras que já se frustraram. Uma delas é o adiamento do reajuste dos funcionários. Quando o governo pensou em adiar o aumento que havia concedido em parcelas anuais, ele consultou juristas e até integrantes do Judiciário. A resposta foi que revogar o aumento concedido não era possível, mas que adiá-lo é constitucional. Porém, o ministro Ricardo Lewandowsky deu uma liminar suspendendo o adiamento muito no fim do ano e demorou o prazo regulamentar de cinco dias para distribuir seu voto. Não foi possível para a Advocacia-Geral da União conseguir a cassação da liminar. Veio o último dia do ano, e os salários foram pagos com reajuste. Agora não podem ser reduzidos.

Portanto, os funcionários federais civis terão a parcela do aumento deste ano. Os militares sempre estiveram de fora dessa medida. Outra medida já derrotada é a mudança na forma de cobrança do

Imposto de Renda sobre os fundos exclusivos. Como qualquer aumento de IR só vale se for aprovado no ano anterior ao cobrado, não entrará em vigor em 2018. Mas o governo decidiu que vai continuar tentando aprovar, nem que seja para valer em 2019. Defende que é uma questão de isonomia com os fundos gerais. De qualquer maneira, só com essas duas derrotas o governo terá uma frustração de R\$ 11 bilhões: a soma do que gasta a mais com o reajuste salarial dos seus funcionários com o que deixa de arrecadar na taxaçoão dos fundos exclusivos. Sobre as contas de 2017, o que acabou acontecendo foi um final muito melhor do que o esperado. No começo do ano houve uma série de frustrações de receitas. O governo teve queda de arrecadação por vários meses seguidos e por isso a decisão foi a de ampliar a meta do déficit de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões. Nos últimos meses, contudo, a receita melhorou, e em novembro, surpreendeu favoravelmente.

O governo decidiu então rever para melhor a previsão de receita de dezembro. Mesmo assim, a arrecadação ficou ainda maior em R\$ 4 bilhões. Houve também, durante o ano, uma eficiente execução do Tesouro. Esses dois fatos apontam para o resultado de R\$ 30 bilhões melhor do que a meta,





levando o déficit a R\$ 129 bilhões ou menos. O problema é que o governo, ao anunciar essa boa notícia no fim de janeiro, terá diante de si um aumento do desafio fiscal para 2018. Para tentar melhorar as perspectivas fiscais do ano, amanhã o presidente da Câmara Rodrigo Maia e o ministro da Fazenda Henrique Meirelles vão se reunir para conversar sobre a agenda de votação da Reforma da Previdência e das medidas de ajuste fiscal. Há outras medidas pendentes que, se aprovadas, poderão valer ainda em 2018, como a reoneração da folha de salários dos setores empresariais e o aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo.

**Presidente veta aumento em fundo para educação**

De Brasília- O presidente Michel Temer sancionou o Orçamento para 2018, mantendo a previsão de um déficit de R\$ 157 bilhões. Temer impôs só um veto ao texto do Congresso, mantendo em R\$ 5,6 bilhões os recursos para o Fundeb (Fundo de Manutenção da Educação Básica). O Congresso havia aprovado um extra de R\$ 1,5 bilhão ao fundo.

Segundo o texto, no ano que vem, a Presidência terá um corte de R\$ 200 milhões em publicidade. A redução ocorre em pleno ano eleitoral.

O texto ainda cortou R\$ 1,2 bilhão do Minha Casa Minha Vida e o mesmo valor em ações emergenciais de defesa civil. Técnicos dizem, porém, que os recursos para este fim virão por Medida Provisória.

## Saldo comercial é o maior da história

A balança comercial terminou 2017 com um superavit de US\$ 67 bilhões, o maior da história, com alta de mais de 40% em relação a 2016, quando o saldo positivo foi de US\$ 47,6 bilhões. De acordo com o Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), as exportações atingiram US\$ 217,7 bilhões, registrando elevação de 18,5%. As importações subiram 10,5%, alcançando US\$ 150,7 bilhões.

As vendas externas foram puxadas, principalmente, pelos produtos básicos, que tiveram alta de 28,7% em relação ao ano anterior. O grupo reúne commodities, como petróleo bruto, que subiu 66,4% no ano, minério de ferro (45,6%) e soja em grão (34,1%). O comércio de semimanufaturados e de manufaturados teve elevações de 13,3% e 9,4%, respectivamente. Nas duas subdivisões, destacam-se ferro/aço, com alta de 56,4%, ferro fundido (47,2%), óleos combustíveis (80,5%) e máquinas de terraplanagem (66%).

Nas importações, o acréscimo foi determinado pelo aumento da compra de combustíveis e lubrificantes, em 42,8%, de bens intermediários, em 11,2% e de consumo, em 7,9%. Os bens de

capital foram os únicos a registrar retração, de 11,4%.

Segundo o secretário de comércio exterior do Mdic, Abraão Neto, o crescimento das importações está diretamente relacionado com a retomada do crescimento da economia, processo que deve intensificar-se em 2018. “O aquecimento da demanda interna deve aumentar tanto por parte das empresas, com bens intermediários, insumos e bens de capital, quanto das famílias, com a expectativa melhor de renda e confiança na economia”, disse.

O Mdic projeta expansão das exportações e das importações neste ano. “Nossa expectativa é de superavit robusto na balança comercial, na casa de US\$ 50 bilhões”, apontou Neto, destacando que seria o segundo maior resultado, atrás apenas de 2017. Apesar disso, Lia Valls, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getulio Vargas (FGV), acredita que, se houver aumento das exportações, será mínimo.

“Pode ser que cresça, mas não no mesmo nível. Não vejo que será algo significativo. Por isso, espero que a balança feche 2018 com saldo entre US\$ 40 bilhões e US\$ 45

bilhões”, avaliou. “No ano passado, as exportações foram puxadas pelas commodities, com a recuperação do petróleo e minério de ferro. Mas ninguém está esperando que subam num nível muito elevado em 2018”, completou.

Segundo o Mdic, o cenário externo favorável seria um dos principais motivos para o resultado positivo da balança comercial. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a projeção de crescimento internacional em 2018 é de 3,7%. Abraão destacou que parceiros comerciais importantes terão desempenho positivo em 2018, como a China (6,5%), Argentina (2,5%), Estados Unidos (2,3%), União Europeia (1,9%) e nações da América Latina e Caribe (1,9%). A Organização Mundial do Comércio (OMC) espera expansão de 3,2% nas transações internacionais neste ano.

Além disso, o Mdic espera aumento no comércio do petróleo. “Nas exportações isso deve decorrer do aumento de produção brasileira em 11,5%, conforme projeção da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Do lado da importação, haverá demanda maior por derivado de petróleo”, apontou. (HF)





### **Orçamento sancionado**

O presidente Michel Temer sancionou ontem a Lei Orçamentária da União (LOA) de 2018, que define os gastos e as receitas dos três poderes. O valor aprovado pelo Congresso é de R\$ 3,5 trilhões. O texto inclui o refinanciamento da dívida pública. A lei está publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União. Houve apenas um veto presidencial, referente a um recurso extra para o Fundo de Manutenção do Ensino Básico de R\$ 1,5 bilhão. O presidente vetou o valor adicional, lembrando que o fundo já tinha sido contemplado com aumento de cerca de R\$ 14 bilhões em relação a 2017.